UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

RAÍSSA EDUARDA ALVES MOREIRA

IDENTIDADE E DINÂMICAS RELACIONAIS: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA E DA TEORIA DE CIAMPA

POUSO ALEGRE

2024

RAÍSSA EDUARDA ALVES MOREIRA

IDENTIDADE E DINÂMICAS RELACIONAIS: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA E DA TEORIA DE CIAMPA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para aprovação no curso de graduação em Psicologia da Universidade do Vale do Sapucaí.

Orientador: Profª. Me. Lucas Navaroli Ribeiro Silva.

POUSO ALEGRE

2024

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca

Moreira, Raíssa Eduarda Alves.

Identidade e dinâmicas relacionais: um estudo sob a ótica da psicologia sócio-histórica e da teoria de Ciampa/ Raíssa Eduarda Alves Moreira – Pouso Alegre: Univás, 2024.

26f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) -. Universidade do Vale do Sapucaí, 2024.

Orientador: Prof. Me. Lucas Navaroli Ribeiro Silva.

1. Identidade. 2. Psicologia Sócio-histórica. 3. Dinâmicas Relacionais. 4. Emancipação. I. Título.

CDD – 150

Bibliotecária responsável: Michelle Ferreira Corrêa

CRB 6-3538

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

CURSO DE PSICOLOGIA

IDENTIDADE E DINÂMICAS RELACIONAIS: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA E DA TEORIA DE CIAMPA

Raíssa Eduarda Alves Moreira

Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia apresentado à banca examinadora formada pelos seguintes especialistas, como exigência parcial para obtenção do título de Psicólogo.

gov.br Documento assinado digitalmente
LUCAS NAVAROLI RIBEIRO SILVA
Data: 28/11/2024 08:12:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Me. Lucas Navaroli Ribeiro Silva
(orientador)

Thiago R. Freitas

Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Freitas
(examinador)

Victor Hugo Sampaio

Prof. Dr. Victor Hugo Sampaio Alves
(examinador)

Aprovada em 07 de novembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Me. Lucas Navaroli Ribeiro Silva, que com seu conhecimento, sensibilidade e profissionalismo me orientou com muita responsabilidade nesse trabalho, eu não teria conseguido sem a sua ajuda.

À Profª. Dra. Camila Claudiano Quina Pereira, que com sua excelente docência despertou o meu interesse pela psicologia social, ensinando o valor do compromisso da psicologia com a emancipação das minorias sociais.

Aos meus pais, Dani e Yracema, a minha maior e mais linda base segura de afeto, que com muito amor sempre me incentivou nos estudos, fazendo de tudo para tornar os meus sonhos cada dia mais possíveis. Ao meu irmão Dani Evaristo, que não mediu esforços fornecendo o seu material de estudo para que eu conseguisse escrever esse trabalho.

Aos meus avós, Geni (in memoriam), Noelza e José Raimundo, que com seus corações infinitamente bondosos e suas palavras de sabedoria me fizeram ter sempre certeza do caminho que escolhi trilhar.

À Elisa, Nikole, Valéria, Klebinho e Cíntia (in memoriam), minha família do coração, que me mostrou a força dos laços emocionais que superam os sanguíneos.

À Ana Clara, que é minha alma gêmea e me ensinou muito sobre amor e amizade.

Às minhas amizades, Emília, Thales, Luís Eduardo, João Pedro e Fernanda, que através do nosso unido grupo tornaram a minha graduação mais leve e colorida.

Ao meu namorado, Carlos Eduardo, por construir comigo diariamente uma linda caminhada de amor e companheirismo, sei que o futuro nos reserva coisas maravilhosas.

À Denise, Juliana, Raquel, Valéria e Talita, minhas colegas de trabalho do Quintal de Mãe, que me apoiaram e deram suporte para que eu conseguisse lidar com a graduação concomitantemente com o trabalho, sem esse auxílio eu certamente não teria conseguido.

Às crianças do Quintal de Mãe, que todos os dias me enchem de carinho e fazem eu me apaixonar pela mágica do desenvolvimento infantil, com todos os seus desafios.

Tudo isso foi construído por muitas mãos, sem o afeto, o companheirismo e o exemplo de todos vocês, esse trabalho não teria sido possível.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo principal abordar o conceito de identidade, proposto por Antônio da Costa Ciampa e sua relação com diferentes dinâmicas relacionais, sob a ótica da psicologia sócio-histórica e do sintagma identidade-metamorfose-emancipação. A pesquisa investiga como diversas formas de relacionamento afetam e influenciam os processos de construção e transformação da identidade, buscando compreender as nuances e problemáticas relacionadas à emancipação individual e coletiva. Utilizando a metodologia de revisão bibliográfica, o artigo analisa as principais características do conceito de identidade, segundo Ciampa, explorando suas dimensões e interações com as dinâmicas relacionais. Os objetivos específicos incluem a investigação de diferentes formas de dinâmicas relacionais, como relações familiares, de amizade e românticas, e o exame de como essas dinâmicas afetam a construção e transformação da identidade dos indivíduos.

Palavras-chave: Identidade. Psicologia Sócio-histórica. Dinâmicas Relacionais. Emancipação.

ABSTRACT

This study aims to explore the concept of identity, as proposed by Antônio da Costa Ciampa, and its relationship with different relational dynamics, from the perspective of socio-historical psychology and the identity-metamorphosis-emancipation syntagma. The research investigates how various forms of relationships affect and influence the processes of identity construction and transformation, seeking to understand the nuances and issues related to individual and collective emancipation. Using a bibliographic review methodology, the article analyzes the main characteristics of Ciampa's concept of identity, exploring its dimensions and interactions with relational dynamics. The specific objectives include investigating different forms of relational dynamics, such as family, friendship, and romantic relationships, and examining how these dynamics affect the construction and transformation of individuals' identities.

Keywords: Identity. Socio-historical Psychology. Relational Dynamics. Emancipation.

SUMÁRIO

1. Introdução **7**

2. Primeiras noções de identidade, representação, metamorfose segundo Ciampa **8**

3. Psicologia Sócio-Histórica **10**

4. Visões e Perspectivas de família, amor e amizade na comunidade **13**

5. Dinâmicas relacionais e identidade **17**

6. Considerações Finais **22**

Referências **23**

1. Introdução

O presente estudo tem como foco principal abordar o conceito de identidade, proposto por Antônio da Costa Ciampa (1975-2019), e sua relação com as diferentes dinâmicas relacionais, sob a ótica da psicologia sócio-histórica e do sintagma identidade-metamorfose-emancipação.

No mundo contemporâneo, as discussões sobre diferentes formas de se relacionar vêm ganhando espaço, seja com a intenção de valorizar os vínculos afetivos diversos e sua formação, ou até mesmo com o intuito de questionar as políticas de identidade presentes nas relações constituídas em sociedade, sejam elas familiares, amorosas ou de amizade.

A teoria da identidade desenvolvida por Ciampa (2002) cumpre um papel importante e original na história da psicologia social brasileira. Na época de sua tese de doutorado, os trabalhos produzidos focavam em processos grupais e na dimensão comunitária dos movimentos e grupos populares. O autor, no entanto, abordou a questão da identidade do sujeito, explorando sua formação e os caminhos de construção desse aspecto.

Ciampa (2002) argumenta que a identidade não é estática, mas sim um processo contínuo de construção e transformação, influenciado pelas interações sociais e pelas condições históricas em que o sujeito está inserido. Nesse contexto, a representação desempenha um papel central, não apenas como uma imagem estática de si mesmo, mas como um processo dinâmico de identificação e reidentificação. A identidade, portanto, emerge não apenas como consequência, mas também como condição das relações sociais, sendo moldada e reforçada por rituais sociais e normas culturais.

A necessidade de compreender a construção e transformação da identidade nas dinâmicas relacionais se torna evidente diante da complexidade das relações humanas e da crescente busca pela emancipação individual e coletiva. Este artigo propõe-se a investigar como diferentes formas de relacionamento afetam e influenciam esses processos de subjetivação. Ao explorar as interações entre identidade e relacionamentos, espera-se contribuir para uma compreensão mais profunda das nuances e problemáticas envolvidas nos caminhos rumo à emancipação dos indivíduos, bem como das suas possibilidades.

Através da metodologia de revisão bibliográfica, o presente artigo objetiva compreender como a identidade é construída e transformada sob a perspectiva da psicologia sócio-histórica e do conceito de identidade proposto por Ciampa (1984), explorando as interações entre diferentes formas de relacionamento e os processos de emancipação dos sujeitos.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as principais características do conceito de identidade proposto por este autor, explorando suas dimensões e como ele se relaciona com as dinâmicas relacionais. Os objetivos específicos são: 1) investigar as diferentes formas de dinâmicas relacionais, incluindo relações familiares, de amizade e românticas, e 2) examinar como essas dinâmicas afetam a construção e transformação da identidade dos indivíduos.

2. Primeiras noções de identidade, representação, metamorfose segundo Ciampa

Ciampa (2002), ao longo da construção daquela que ficou conhecida como sua teoria sobre identidade, apresentou algumas noções iniciais, como a noção de diferença e igualdade. Conforme fazemos parte de determinados grupos sociais, estabelecemos relações nas quais nos diferenciamos e nos igualamos. Segundo ele, o reconhecimento recíproco dos indivíduos, identificados através de determinado grupo social, promove o autoconhecimento, já que esse grupo existe com suas normas, sua história, seus interesses, etc.

É importante destacar que, objetivamente, um grupo existe através das relações estabelecidas entre seus membros e o meio em que vivem, ou seja, por meio da ação e de sua prática. Essas primeiras premissas, entretanto, não são suficientes para explicar plenamente a questão da identidade e seus aspectos constitutivos. O ponto de partida torna-se, então, a representação como processo de produção da identidade, entendendo-a como o próprio processo de identificação. Contudo, a representação prévia, por si só, não é suficiente:

> O nascituro, uma vez nascido, constituir-se-á como filho na medida em que as relações nas quais esteja envolvido concretamente confirmem essa representação através de comportamentos que reforcem sua conduta de filho e assim por diante. Temos de considerar também esse aspecto operativo e não só o representacional (Ciampa, 2002, p. 66).

A identidade se mostra, ao mesmo tempo, como consequência e condição das relações que se estabelecem. Uma identidade pressuposta é reatualizada por meio de rituais sociais, sendo reposta como algo já dado e, consequentemente, retirando o seu caráter de historicidade, “aproximando-a mais de um mito que prescreve as condutas corretas, reproduzindo o social” (Ciampa, 2002, p. 66).

Na proposta de Ciampa (1984), o indivíduo, em suas múltiplas determinações, manifesta em cada momento uma posição, uma parte distinta de si, sendo cada uma delas determinante

quando expressa, formando assim a totalidade quando unidas. Para que a estrutura social seja mantida, é necessário que as atividades dos indivíduos identificados sejam normatizadas, conservando as identidades e repondo identidades pressupostas.

A representação surge no conceito de identidade com um triplo sentido: o ser humano se representa enquanto representante de si mesmo (identidade pressuposta e dada como idêntica); em consequência, desempenha papéis (suas posições); e repõe no presente o que tem sido (enquanto sucessão do que está sendo). Segundo essa visão, o indivíduo só pode estar no mundo efetivamente como representante de seu ser real "quando ocorrer a negação da negação, entendida como deixar de presentificar uma apresentação de mim que foi cristalizada em momentos anteriores – deixar de repor uma identidade pressuposta – ser movimento, ser processo", e assim, ser metamorfose (Ciampa, 2002, p. 70).

Partindo da premissa de que o homem é um ser histórico e social, ele não está limitado a um fim preestabelecido e, ao mesmo tempo, não está livre das condições históricas nas quais se encontra. Sendo assim, é necessário questionar concepções fatalistas, deterministas e mecanicistas, reconhecendo também a impossibilidade de dissociar o estudo do indivíduo do estudo da sociedade, já que "as possibilidades de diferentes configurações de identidade estão relacionadas com as diferentes configurações da ordem social" (Ciampa, 2002, p. 72).

As determinações do sujeito e as oportunidades para formar sua identidade são moldadas pelo contexto histórico e social em que ele se encontra. Sob o sistema capitalista e diante da crescente complexidade da sociedade moderna, somos limitados em nossa capacidade de sermos verdadeiramente indivíduos autônomos. Ciampa (2002) explora essa questão, apontando que o verdadeiro problema de identidade do homem moderno é a cisão entre indivíduo e sociedade, o que impede que os indivíduos se reconheçam como humanos e tampouco reconheçam os outros como seres humanos.

Em suma, para o autor, a identidade constitui-se num processo contínuo de metamorfoses que devem ser orientadas para a emancipação do sujeito, em busca de projetos de vida que o levem a uma condição de autonomia diante do sistema (Dantas, 2017).

Ciampa (2002) aponta para a necessidade de se pensar a questão da identidade como um projeto político, abandonando a visão do indivíduo apenas como subjetividade abstrata (armadilha idealista) ou apenas como objetividade (armadilha materialista-mecanicista). É preciso superar dialeticamente esse dualismo por meio da práxis. A ideia é não apenas observar passivamente a história, mas participar ativamente em projetos de coexistência humana que permitam sua percepção como a realização de um futuro a ser construído coletivamente. Tais projetos não devem se basear em um modelo fixo de homem ou de sociedade, mas devem

convergir para uma transformação real das condições de existência, possibilitando o surgimento do verdadeiro sujeito humano.

Essas contribuições servem de base para pensar o âmbito dos relacionamentos amorosos, familiares e de amizade, uma vez que a identidade atravessa todos eles, constituindo-se e simultaneamente constituindo-os.

3. Psicologia Sócio-Histórica

Fundamentada no marxismo, a psicologia sócio-histórica adota o materialismo histórico e dialético como método, teoria e filosofia. Ela considera o indivíduo como um ser ativo, social e histórico que vive na sociedade e nela produz sua vida material através do trabalho. Assim, a sociedade se constitui como uma produção histórica dos homens, e sua realidade material é fundada em contradições, expressas na produção de ideias.

Com base nessa teoria, acredita-se que o fenômeno psicológico não é inato, ou seja, não faz parte da natureza humana nem preexiste nos seres humanos, mas se desenvolve ao longo do tempo, sendo um reflexo da condição social, econômica e cultural na qual as pessoas vivem. Abordar o fenômeno psicológico implica necessariamente considerar a sociedade, e tratar da subjetividade envolve também trazer à tona a objetividade na qual os indivíduos estão inseridos.

Bock (2007) ressalta a incapacidade da psicologia de discutir as condições de vida, econômicas, culturais e sociais em que os indivíduos se encontram ao tratar do fenômeno psicológico. Essas condições, segundo a autora, têm sido ocultadas, e a psicologia tem contribuído para esse apagamento.

> Fala-se da mãe e do pai sem falar da família como instituição social marcada historicamente pela apropriação dos sujeitos; fala-se da sexualidade sem falar da tradição judaico-cristã de repressão à sexualidade; fala-se da identidade das mulheres sem se falar das características machistas de nossa cultura; fala-se do corpo sem inseri-lo na cultura; fala-se de habilidades e aptidões de um sujeito sem se falar das suas reais possibilidades de acesso à cultura; fala-se do homem sem falar do trabalho; fala-se do psicológico sem falar do cultural e do social (Bock, 2007, p. 25).

A psicologia sócio-histórica entende a realidade social, econômica e cultural como intrinsecamente ligada aos indivíduos, posicionando-se como uma abordagem crítica. De acordo com sua base teórica, as capacidades humanas surgem após transformações, e cada uma delas cria condições para novas transformações, implicadas em um processo histórico, e não natural. O fenômeno psicológico é compreendido como uma construção, no nível individual, do mundo simbólico – que é social. Como essa abordagem incentiva e permite o rompimento

com uma tradição classificatória e estigmatizadora da psicologia enquanto profissão e ciência, justifica-se sua identificação como uma abordagem crítica (Bock, 2007).

A lógica dialética e o materialismo histórico apresentam os pressupostos epistemológicos necessários para a reconstrução de um conhecimento correspondente ao cotidiano e à realidade social de cada indivíduo, além de possibilitar “uma intervenção efetiva na rede de relações sociais que define cada indivíduo – objeto da Psicologia Social” (Lane, 1989, p. 16).

Ainda segundo Bock (2007), a psicologia tradicionalmente sistematizou o desenvolvimento infantil observado em crianças e adolescentes como um processo natural. Exceto pela abordagem da psicologia histórico-cultural soviética, não há teorias no campo que considerem esse desenvolvimento como algo construído socialmente através das atividades humanas, que gradualmente se tornam acessíveis a todos. Como apresenta Vygotsky (1998), elementos como a escrita, a contagem, a quantificação e a classificação não devem ser entendidos como inatos, mas como conquistas humanas que se incorporam às atividades e às capacidades cognitivas. Essas habilidades emergem da cultura, manifestando-se nos objetos, instrumentos e na linguagem, e gradativamente se transformam em capacidades individuais.

> Desta forma, a análise do processo grupal nos permite captar a dialética indivíduo-grupo, onde a dupla negação caracteriza a superação da contradição existente e quando o indivíduo e grupo se tornam agentes da história social, membros indissociáveis da totalidade histórica que os produziu e a qual eles transformam por suas atividades também indissociáveis (Lane; Codo, 1989, p. 17).

A cultura, as relações sociais e as atividades humanas orientam o desenvolvimento humano em uma direção específica, de acordo com a perspectiva da psicologia sócio-histórica. As estimulações, as referências, os modelos e os instrumentos culturais moldam esse desenvolvimento para que atinja um determinado objetivo. Os seres humanos, nascidos com a plasticidade que os torna candidatos à humanidade, gradualmente se adaptam a essa imagem ou modelo humano. É evidente que, sem o acesso a essas "estimulações" e "treinamentos", pode-se não desenvolver todas as características que a humanidade adquiriu ao longo do tempo. Além disso, tudo o que se manifesta como características humanas, embora dependa de um corpo com as especificidades da espécie, é obtido por meio das relações sociais, das atividades e da cultura.

De acordo com Lane e Codo (1989), a tomada de consciência sobre os papéis socialmente definidos e sua função ideológica possibilita que os indivíduos dentro de um grupo superem suas particularidades e percebam as condições históricas comuns a todos. Isso

promove um processo de identificação e atividades conjuntas, tornando o grupo uma unidade. Esse processo pode ocorrer de forma individual, levando ao desenvolvimento de uma consciência pessoal alinhada à consciência social. No entanto, quando essa conscientização acontece em nível coletivo, envolvendo todos os membros, tende a gerar uma consciência de classe. Isso ocorre quando o grupo compreende seu papel na produção material de suas vidas e reconhece as contradições históricas que enfrenta, motivando ações para superá-las e transformando-se em um agente ativo de mudança histórica e social.

Bock (2007) aponta que a noção de "normalidade" assume um novo significado, sendo entendida como a capacidade de adquirir, no nível individual, as características que a humanidade conquistou e que a sociedade valorizou, reforçou, estimulou e tornou acessíveis à maioria. O que é diferente não deve ser considerado anormal, mas sim menos provável ou menos comum. Isso pode ocorrer por diversas razões: ausência de acesso às condições necessárias para o desenvolvimento de determinada característica; acesso insuficiente, em que o aproveitamento pela criança não foi pleno, possivelmente devido a limitações físicas, como uma miopia; ou ainda, apesar do acesso e da ausência de limitações, as relações estabelecidas durante o aprendizado foram marcadas por conflitos e emoções que dificultaram o desenvolvimento esperado.

O método materialista histórico e dialético, presente na psicologia sócio-histórica, surge com o objetivo de superar a perspectiva positivista e idealista que, por muito tempo, esteve presente na história da psicologia, servindo aos interesses das classes dominantes. Essa abordagem beneficiou tais classes promovendo conhecimentos para garantir o controle sobre determinados grupos sociais, incentivando o aumento da capacidade produtiva da classe trabalhadora, além de atuar na homogeneização da sociedade por meio da classificação, diferenciação e controle do comportamento (Bock, 2007).

Esse método caracteriza-se por uma visão materialista, que afirma que a realidade material existe independentemente das ideias, do pensamento e da razão, e que segue leis deterministas, tornando-a completamente conhecível. Além disso, adota uma concepção dialética, na qual a contradição é fundamental em todas as coisas, e sua superação impulsiona a transformação constante da realidade. Esse movimento está expresso nas leis da dialética, como a do movimento e relação universais, a unidade e luta de contrários, a transformação de quantidade em qualidade e a negação da negação (Bock, 2007).

Para compreender a sociedade e a história, o método também defende uma concepção histórica que analisa a história com base na realidade concreta, e não nas ideias, buscando as leis que a governam. As leis da história são as do movimento constante e da contradição, não

sendo fixas, mas transformáveis. Elas não expressam regularidade, mas contradição, e, nesse sentido, as leis que regem a sociedade e os homens são históricas e resultam da ação humana no trabalho e nas relações sociais. Essas leis são objetivas porque estão na realidade material, mas incluem a subjetividade, pois são produzidas por indivíduos concretos, social e historicamente constituídos.

4. Visões e Perspectivas de família, amor e amizade na comunidade

Para adentrar as visões e perspectivas de família, amor e amizade, é necessário abordar categorias de análise que considerem questões de gênero, raça e classe, as quais permeiam a estrutura social e os processos de subjetivação, mencionados nos capítulos anteriores.

Ciampa (2002) fala de um jogo de reflexões múltiplas que estrutura as relações, sendo a atividade dos indivíduos o que o mantém. Segundo ele, as identidades regem sobre essa estrutura social ao mesmo tempo que são um reflexo dela. Esse jogo se relaciona diretamente com os processos de subjetivação, que, de acordo com Zanello (2018), ocorrem de maneiras distintas para homens e mulheres, levando em consideração os mecanismos de controle sociais e históricos. Ela argumenta que as mulheres se subjetivam através do dispositivo amoroso, mediado pelo ideal estético, e também por meio do dispositivo materno, que se baseia na maternidade. Já os homens são privilegiadamente subjetivados pelo dispositivo da eficácia, que se fundamenta na virilidade sexual e laborativa.

O conceito de dispositivo amoroso, proposto por Zanello (2018), sugere que o amor não é apenas um sentimento espontâneo e individual, mas uma emoção moldada e influenciada pela cultura. Em nossa sociedade, os homens são ensinados a amar diversas coisas, enquanto as mulheres são ensinadas a amar os homens. Através do processo de socialização, junto com várias tecnologias de gênero e pedagogias afetivas, as mulheres acabam focando no amor e aprendem que seu sucesso como mulher está atrelado a ser escolhida por um parceiro(a) e a permanecer escolhida.

Para as mulheres, a maternidade está profundamente ligada à sua identidade. Já para os homens, a paternidade envolve questões de uma natureza diferente, focadas principalmente no papel de "provedor" dentro de um sistema que valoriza a eficácia. A ausência da paternidade ou o fato de ser um pai ausente não compromete a identidade masculina da mesma forma que a maternidade afeta a identidade feminina. O sentimento de culpa, frequentemente mencionado pelas mães, revela que as exigências de determinadas performances, emoções e formas de subjetivação impostas pelo dispositivo materno foram internalizadas com êxito. A maternidade

se tornou uma carga pesada para as mulheres devido ao crescente acúmulo de tarefas e responsabilidades (Zanello, 2018).

Ainda segundo Ciampa (2002), as atividades dos indivíduos identificados são normatizadas, visando à permanência da estrutura social e à conservação das identidades produzidas. Esse movimento se expressa claramente no binarismo homem-mulher, uma construção social naturalizada e reforçada pelos discursos chamados "científicos".

Como aponta Núñez (2023), enquanto a ideia de uma identidade de “homem e mulher de verdade” for sustentada, a violência continuará presente, pois essa concepção está enraizada em estruturas hierárquicas. A definição de homem e mulher vai além das características biológicas, sendo, na realidade, construções ligadas a projetos políticos. A autora reforça que “mãe e pai não são apenas descrições biológicas, mas designações de um certo modo de estar no mundo e de construir laços” (Núñez, 2023, p. 65).

Butler (2003) reforça os conceitos de gênero, sexo e identidade como sendo produções culturais, opondo-se à suposição de que são de ordem natural e, portanto, inquestionáveis. A autora afirma que “o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra” (Butler, 2003, p. 48). Os autores Butler (2003) e Ciampa (2002) parecem concordar que existem diversas possibilidades de configuração de identidades que são produzidas com base na ordem social, já que esta é tanto influenciada quanto influenciadora desse processo.

O sociólogo inglês Anthony Giddens (1993) faz uma análise sobre o impacto da modernização nas relações de gênero, introduzindo a sexualidade como uma elaboração social operante nos campos do poder, contrapondo-se à definição de simples “conjunto de estímulos biológicos que encontram ou não uma liberação direta” (Giddens, 1993, p. 33). Ele argumenta que a construção da identidade dos indivíduos é favorecida pelos fatores “sexualidade” e “intimidade”, e que a modernidade transformou essas relações e as posições entre os sexos.

No que se refere ao amor, a autora Bell Hooks (2021) ressalta que entrar em relacionamentos pode ser difícil e assustador, pois existe o desafiador sentimento de que não há como se esconder. Ela destaca que, quando o amor ocorre, os sujeitos sentem-se em contato com “a identidade mais profunda” do outro. Para ela, a essência do amor é o reconhecimento mútuo, em que um indivíduo vê o outro como ele realmente é. Quando a verdadeira face aparece em sua totalidade na relação e as máscaras caem, surge a decepção, e frequentemente as pessoas sentem que estavam diante de uma “identidade trocada”, percebendo a pessoa amada como um estranho.

Em contraponto ao individualismo, à família nuclear e aos casais, Hooks (2021) apresenta o conceito de comunidades como uma organização de homens e mulheres no mundo, além de uma garantia da sobrevivência humana. A maioria das discussões sobre valores familiares é acompanhada de uma noção de família nuclear socialmente desejável, composta por pai, mãe e filhos. No entanto, Hooks (2021) defende que essa visão é fantasiosa, uma vez que, na maioria dos casos, há uma organização hierárquica disfuncional e um ambiente propício para a alienação e o abuso de poder. Oyěwùmí (2020, p. 105), ao discutir famílias generificadas, delimita o conceito de família nuclear.

> A família nuclear é uma família generificada por excelência. Cada casa, ocupada apenas por uma família, é centrada em uma mulher subordinada, um marido patriarcal e seus filhos. Essa estrutura, centrada na unidade conjugal, presta-se à promoção do gênero como categoria natural e inevitável. Não existem categorias transversais desprovidas de gênero nessa família. Em uma casa generificada, encabeçada pelo homem e com dois genitores, o homem-chefe é concebido como provedor e a mulher está associada ao doméstico e ao cuidado.

Inclusive no cuidado das crianças, a autora chama a atenção para o fato de que raramente uma criança vem ao mundo com apenas um ou dois cuidadores, mas é afetada pelas comunidades, onde "família, médicos, enfermeiros, parteiras e até admiradores estranhos compõem esse campo de conexões" (Hooks, 2021, p. 113). Essa visão também é sustentada por Núñez (2023), que observa que nas comunidades indígenas e quilombolas, a responsabilidade pelo cuidado das crianças é compartilhada entre todos os membros, o que alivia a sobrecarga de trabalho normalmente atribuída às mães. Esse contraste é evidente quando comparado aos contextos monogâmicos, onde o apoio às crianças costuma ser mais precário e as mães assumem grande parte das responsabilidades.

Nisbet (1974, apud Sawaia, 2015) definiu os conceitos centrais de "comunidade", caracterizando-a como formas de relacionamento marcadas por profunda intimidade pessoal, engajamento moral e conexão emocional duradoura ao longo do tempo. A comunidade se fundamenta na totalidade do ser humano, indo além de papéis específicos desempenhados na ordem social, e sua força psicológica provém de uma motivação intrínseca, concretizando-se na união das vontades individuais – algo que não seria possível em vínculos baseados apenas em conveniência ou racionalidade. A comunidade é descrita como a fusão entre sentimento e pensamento, tradição e intenção, participação e volição, sendo sustentada pela dialética entre individualidade e coletividade.

Lane (1996) destaca a importância dos grupos e comunidades como espaços que promovem tanto o conhecimento da realidade compartilhada quanto a autorreflexão e a ação

conjunta e organizada. Essas dinâmicas envolvem categorias essenciais do psiquismo humano, como a consciência e a atividade, que estão diretamente relacionadas ao comportamento, à aprendizagem e à cognição. Ao abordar a subjetividade, a autora aponta que ela está vinculada à identidade, a qual, expressa em termos afetivos e motivacionais através das relações sociais na vida grupal, leva ao conhecimento da singularidade do indivíduo.

> A análise das três categorias fundamentais - atividade, consciência e identidade - só se faz pelo registro de mediações com a linguagem (e o pensamento), ferramenta essencial para as relações com os outros e que irá constituir os conteúdos da consciência. E são também estas relações sociais que se desenvolvem através de atividades que, por sua vez, sofrem a mediação das emoções individuais, possivelmente constituindo conteúdos inconscientes presentes tanto na consciência como na atividade e na identidade (Lane, 1996, p.26).

A instituição familiar, segundo Lane (2006), é um grupo essencial para assegurar a sobrevivência do indivíduo, sendo frequentemente vista como uma estrutura "natural" e "universal" no desempenho da reprodução da espécie humana. Além disso, é responsável pela reprodução da força de trabalho e pela manutenção da propriedade, o que a torna fundamental para a organização social, fazendo da família o alvo de um controle social rigoroso exercido por aqueles que detêm o poder.

Em sociedades modernas, a instituição familiar é regida por leis, normas e costumes que estabelecem os direitos e deveres dos membros. Os papéis de marido, mulher, pai, mãe e filhos acabam refletindo as relações de poder presentes na sociedade (Lane, 2006).

Quando o amor não é experimentado pelo indivíduo nas famílias de origem, outro âmbito em que há a oportunidade de conhecer o amor e construir comunidade é o da amizade, de acordo com Hooks (2021). Como são relações escolhidas, frequentemente as pessoas buscam nas amizades respeito, carinho e reconhecimento, fatores que podem estar ausentes nas famílias de origem. Amizades amorosas promovem um espaço para a experimentação da alegria da comunidade, embora ainda prevaleça a ideia muito difundida de que as amizades não são tão importantes quanto os laços sanguíneos e familiares. A autora argumenta que as amizades são desvalorizadas e colocadas em posição secundária, especialmente em relação aos laços românticos.

Núñez (2023) incita um debate que busca expandir o imaginário relacionado às formas de amor e de vivenciar as relações. Para sustentar essa discussão, a autora propõe o conceito de "artesania dos afetos" como uma prática de descolonização dos sentimentos e descentralização das relações, especialmente dentro de uma perspectiva indígena e decolonial. Essa "artesania" refere-se à maneira cuidadosa e artesanal com que as pessoas podem reconstruir suas formas de

amar, de se relacionar e de existir em comunidade, rompendo com padrões coloniais que moldam afetos baseados na opressão e na hierarquia.

O autor questiona as formas tradicionais e ocidentalizadas de afeto que se baseiam na possessividade, controle e exploração. Em contrapartida, ela sugere que os afetos devem ser recriados através de uma lente coletiva, em que o amor e o cuidado são práticas comunitárias e políticas. Essa visão está diretamente ligada a uma reconexão com saberes ancestrais e modos de vida indígenas, que privilegiam a reciprocidade e o bem-estar coletivo. Seu trabalho convida a pensar o amor, os afetos e as relações de uma maneira que vá além do individualismo e da lógica capitalista, propondo que essas emoções e vivências sejam entendidas como ferramentas para a resistência e emancipação social, especialmente para grupos marginalizados, como os povos indígenas e as mulheres racializadas (Núñez, 2023).

A proposta de descolonizar os afetos também implica uma crítica à branquitude e à forma como as relações de poder estruturam os sentimentos, destacando a importância de uma ética afetiva baseada na convivência e na coexistência entre diferentes culturas e povos. Segundo Núñez (2023, p. 52), “identidades coloniais existem para tentar dar uma lógica, um sentido racional às desigualdades. Elas não definem apenas com quem alguém se relaciona sexualmente, mas, sobretudo, buscam determinar um certo modo de estar no mundo”.

Partindo desses princípios, torna-se evidente que as noções de família, amor e amizade são atravessadas por construções sociais moldadas por fatores como gênero, raça e classe, conforme discutido pelos autores citados anteriormente. Essas relações, que se apresentam como "naturais", são, na verdade, reguladas por dispositivos sociais e históricos que determinam os papéis e expectativas de homens e mulheres, reforçando as dinâmicas de poder. Ao mesmo tempo, autores como Hooks (2021) e Núñez (2023) propõem alternativas comunitárias e decoloniais que valorizam o cuidado e a afetividade. Essas perspectivas desafiam a noção de individualismo e reafirmam a importância da comunidade na construção de novas formas de amar e existir em sociedade.

5. Dinâmicas relacionais e identidade

Giddens (1993), em seu estudo sobre as transformações da intimidade, aborda o amor romântico e sua construção como um fenômeno localizado historicamente, vinculado ao surgimento da modernidade e às mudanças nas estruturas sociais. Ele afirma que o amor romântico emerge no Ocidente como uma nova forma de se relacionar, na qual os sentimentos dos pares ganham destaque, contrastando com os casamentos tradicionais, que, até então, eram

majoritariamente alianças econômicas ou políticas. Descrevendo o amor romântico como uma forma de intimidade que se apoia na idealização do outro e no desejo de fusão emocional, o autor destaca essa ruptura com a concepção do casamento como ferramenta de manutenção das estruturas estabelecidas. A base para a união passa, então, a envolver a escolha de um parceiro com quem se compartilham afinidades emocionais e interesses mútuos.

A independência e a individualidade se tornam importantes na relação, com os parceiros precisando negociar seus desejos e necessidades para manter a intimidade sem comprometer suas identidades pessoais. De acordo com Giddens (1993), isso implica que o amor romântico, para ser mantido, depende de constante comunicação e honestidade entre os pares, promovendo valores que refletem ideais democráticos, como igualdade e respeito mútuo. Nesse processo, a fim de construírem um projeto de vida comum, os sujeitos também buscam a negociação de suas individualidades para garantir que sua autonomia seja preservada.

Para adentrar as dinâmicas relacionais e trazer análises críticas aos modelos normativos, iniciou-se a discussão a partir da não-monogamia, que se apresenta como a negação de uma dinâmica tradicional e vigente — a monogamia — e seus desdobramentos. Nos apontamentos de Vasallo (2022), a autora afirma que, para discutir os relacionamentos não-monogâmicos, é necessário partir não do ponto de vista da quantidade de relações, mas sim da maneira como elas se dão e das crenças que as envolvem. Ela destaca que “enfatizar as dinâmicas relacionais também nos permite visualizar nossos relacionamentos com o mundo a partir da experiência não monogâmica, fazendo de nossa experiência coletiva de amor uma ferramenta de transformação política” (Vasallo, 2022, p. 38).

Núñez (2023) corrobora essa visão, afirmando que a não-monogamia desafia a estrutura normativa monogâmica, desviando o foco do número de pessoas envolvidas nas relações para a forma como esses vínculos se estabelecem. Ela chama a atenção para o fato de que, mesmo modelos desviantes dessa norma, podem replicar sua essência. Por exemplo, relações poligâmicas podem ser vistas como uma extensão da monogamia que mantém as mesmas dinâmicas de poder centradas no homem cisgênero e a opressão sobre os corpos das mulheres.

Para Lima Jr. e Miranda (2022), quando se discute monogamia, o senso comum tende a restringir a ideia à exclusividade entre parceiros nas relações afetivo-sexuais. No entanto, pode-se entender a monogamia como uma estrutura mais ampla, um sistema que organiza diversas configurações de relacionamentos. Esse sistema não se limita apenas às relações amorosas ou sexuais, mas também afeta os vínculos familiares, as amizades e até as relações de trabalho. Dessa forma, a monogamia é vista como um padrão social que molda diferentes aspectos da vida relacional, e uma reflexão deve concebê-la como “uma estrutura que, articulada ao modo

de produção capitalista, mercantiliza nossas relações, violenta corpos e enfraquece a vida social coletiva" (Lima Jr.; Miranda, 2022, p. 244).

A crítica que Vasallo (2022) tece ao sistema monogâmico não se baseia apenas na abertura para novos relacionamentos românticos, mas na proposta de um compartilhamento coletivo de afeto, cuidado, desejos e sofrimentos. Para enfrentar a violência gerada pelo individualismo, é necessário, segundo ela, construir redes de apoio que se desenvolvam de maneira descentralizada e conectem pessoas de forma horizontal. Contudo, isso demanda a exposição das estruturas que transformam os indivíduos em competidores brutais dentro de uma sociedade dominada pela lógica da competição. Para a autora:

> A monogamia não é uma prática: é um sistema, uma forma de pensamento. É uma superestrutura que determina aquilo que chamamos de "vida privada", as práticas sexoafetivas, as relações amorosas. O sistema monogâmico dita como, quando, para quem e de que maneira amar e desejar, assim como quais circunstâncias são motivo para sentir tristeza, em quais deveríamos sentir raiva, o que nos machuca e o que não machuca. O sistema monogâmico é uma engrenagem que distribui privilégios a partir dos vínculos afetivos e um sistema de organização desses vínculos. (Vasallo, 2022, p. 38)

Retomando as ideias de Ciampa (2002), que entende a identidade como condição e consequência das complexas relações sociais, constantemente reforçada por normas e rituais socioculturais, pensar na questão da identidade como projeto político implica, necessariamente, a superação de visões baseadas em modelos normativos de sujeito e de sociedade. Isso requer, consequentemente, a canalização do enfoque para a transformação da realidade.

Neste mesmo sentido, Souza Filho, Gonçalves Neto e Lima (2020, p. 300), reforçam a necessidade de que o estudo da identidade vá além de descrições de características que identificam os indivíduos, enfatizam que

> (...) estudar identidade é analisar os processos de alienação-emancipação dentro da dialética individuação-socialização, buscando compreender a política da sociedade em que o indivíduo está e como os polos indivíduo-sociedade se determinam mutuamente, para se propor mudanças ao que está estabelecido.

Os autores também destacam que Ciampa expandiu sua discussão sobre identidade para além das questões relacionadas à subjetividade individual, concentrando-se nos aspectos intersubjetivos que compõem a cultura e a sociedade. Ele procurou analisar como esses elementos moldam e regulam os processos sociais dentro de um contexto capitalista, destacando as dinâmicas de controle e as lutas das identidades por emancipação dentro dessas estruturas (Souza Filho; Gonçalves Neto; Lima, 2020).

Dessa forma, as metamorfoses da identidade não são apenas transformações pessoais, mas processos profundamente conectados às condições culturais e econômicas que tentam subjugar ou libertar os sujeitos. Souza Filho (2017, p. 58-59) bem indicou esse processo:

> Compreender a constituição das subjetividades pelas pesquisas sobre a metamorfose humana requer problematizar as condições e as estruturas intersubjetivas que possibilitam a emergência/repressão das formas de vida no mundo. São estes os aspectos que levam Ciampa a introduzir duas novas categorias para seu projeto teórico-metodológico: a política de identidade e as identidades políticas.

Ciampa (2002) desenvolve suas primeiras interpretações sobre a dimensão política das identidades ao examinar como elas são constituídas, levando em conta as possibilidades de transformação e as conexões com as condições sociais e culturais. Essas condições podem, ou não, permitir diferentes formas de interação entre o indivíduo e a sociedade. Dessa forma "analisar as metamorfoses de uma identidade, enquanto condição subjetiva, implica criticar os seus pressupostos socioculturais, articulados intersubjetivamente, que viabilizam, ou não, as formas de vida que os indivíduos poderão dispor como suas" (Souza Filho; Gonçalves Neto; Lima, 2020, p. 301).

O vínculo monogâmico carrega uma natureza identitária, na qual o casal não apenas "faz parte", mas "é" um casal. Ou seja, as pessoas em um relacionamento monogâmico frequentemente se veem como uma unidade inseparável, quase como uma fusão de identidades, ao invés de dois indivíduos que compartilham uma conexão. Vasallo (2022) questiona mitos românticos tradicionais, como o "amor eterno", presente em histórias como *Romeu e Julieta*, e observa que essa visão idealizada do amor como uma experiência trágica a dois continua a ser exaltada.

Mesmo diante da efemeridade da modernidade líquida, conforme exposto por Bauman (2021), na qual tudo é transitório, os relacionamentos tendem a ser vividos como permanentes enquanto duram, conferindo-lhes uma forte característica identitária. Além disso, o status de estar em um relacionamento monogâmico também parece aumentar o "valor de mercado" social das pessoas, uma vez que o desejo alheio pode influenciar a percepção de valor individual.

Giddens (1993), ao designar o termo "relacionamento" como um vínculo afetivo próximo e contínuo com outra pessoa, cunha a expressão "relacionamento puro". Esse tipo de relacionamento é caracterizado pelo compromisso mútuo, confiança e intimidade, mas vai além do casamento heterossexual tradicional. Nesse tipo de relação, as pessoas envolvidas constroem uma história compartilhada e se comprometem a garantir a continuidade do vínculo por meio de palavras e ações, sem, no entanto, assegurar sua permanência indefinida. Diferente da visão

tradicional de casamento como uma união "natural" e "eterna", o relacionamento puro é baseado na liberdade de ser encerrado a qualquer momento por qualquer um dos parceiros. Embora o compromisso seja essencial para sua durabilidade, a continuidade do relacionamento está condicionada ao nível de satisfação que ambos podem extrair dele.

No mesmo sentido, Núñez (2023) critica essa noção de linearidade e de determinismo temporal expressa no pensamento do amor conjugal, onde se presume que o casal será feliz para sempre, ou “até que a morte os separe”.

Os relacionamentos puros, conforme descritos por Giddens (1993), alinham-se mais de perto ao conceito que ele chama de “amor confluente”, uma forma de afeto que surge em oposição aos ideais mais tradicionais do amor romântico. No amor confluente, o foco está na abertura mútua e na disposição das partes para se revelarem emocionalmente uma à outra, evitando a tendência de projeção idealizada do parceiro. Além disso, o amor confluente está relacionado à natureza ativa e transitória dos sentimentos amorosos, diferindo do amor romântico, que frequentemente busca permanência e exclusividade. O que se valoriza não é a busca por um indivíduo com qualidades especiais, mas sim uma relação em que essas qualidades possam emergir de forma recíproca. Nesse contexto, há uma troca emocional em condições de igualdade, aproximando-se do ideal do relacionamento puro, onde a satisfação e a intimidade são cultivadas por ambas as partes.

A ideia recorrente de que o amor, em qualquer tipo de relação, deve necessariamente sustentar a permanência dos envolvidos é questionada por Núñez (2023). A autora propõe que, embora seja possível amar, também é legítimo partir, sem esperar que o amor acabe para tomar essa decisão. Manter vínculos sob o pretexto de que, por haver amor, eles devem ser preservados a todo custo corre o risco de fazer com que as pessoas percam sua própria identidade e respeito por si mesmas. Ela distingue entre o "amor incondicional", que exige permanência inquestionável, e os "amores potáveis", que demandam condições básicas para que as partes envolvidas possam respirar. Quando as pessoas estão em movimento, os sentimentos as acompanham, “e as ideias fixas se tornam fluidas”.

Considerada uma grande "violência" no imaginário monogâmico, a infidelidade frequentemente se apresenta nessas relações como a maior e mais plausível justificativa para a cisão do casal e a desestruturação da família tradicional, especialmente no modelo de família nuclear. Esse imaginário tende a minimizar ou ignorar fatores como a falta de participação dos homens no cuidado dos filhos, a ocorrência de violência física e psicológica e a exploração do trabalho doméstico não remunerado feito por mulheres. Esses elementos, que muitas vezes são decisivos, são tratados como secundários ou ausentes nessas decisões. Essa inversão de

prioridades, que ignora questões tão significativas, torna a monogamia amplamente defendida pelos setores conservadores, pois ela sustenta diversas formas de opressão (Núñez, 2023).

Nesse sentido, a não-monogamia, enquanto projeto político, se consolida na busca por emancipação das violências coloniais, visando construir uma identidade política pautada em projetos contra-hegemônicos (Lima Jr.; Miranda, 2022). A proposta da não-monogamia é a construção de redes de apoio e afeto que descentralizem as relações afetivo-sexuais, além da busca por modos de vida, redes afetivas e produção de subjetividades que não hierarquizem as dinâmicas relacionais e encontrem no coletivo os seus sentidos.

6. Considerações Finais

Com o objetivo geral de analisar as principais características do conceito de identidade proposto por Ciampa, explorando suas dimensões e sua relação com as dinâmicas relacionais, buscou-se, de forma específica, investigar as diferentes formas dessas dinâmicas, incluindo a família, as amizades e as relações amorosas, e examinar como elas afetam a construção e a transformação da identidade dos indivíduos.

Para atingir tal objetivo, utilizou-se a base da Psicologia Sócio-histórica, que colaborou conceitualmente e forneceu ferramentas críticas de análise, considerando uma visão materialista e uma concepção dialética da realidade. A pesquisa também foi sustentada por visões contemporâneas de autoras e autores que dialogam com a teoria de identidade de Ciampa, direta e indiretamente.

Foi possível construir uma linha de pensamento que entende a identidade como um processo de constante metamorfose, influenciado pelas estruturas sociais e culturais, que culmina (ou deveria culminar) na emancipação dos indivíduos. Além disso, evidenciou-se a necessidade de pensar em projetos de vida que não se baseiem em modelos prontos de sujeito e de sociedade, possibilitando assim uma maior liberdade e flexibilidade.

As dinâmicas relacionais — familiares, de amizade e amorosas, monogâmicas ou não — têm impacto direto na construção da identidade, que se apresenta como um caminho intersubjetivo, onde a autonomia e a emancipação dos sujeitos são negociadas e (re)construídas constantemente e comunitariamente.

A estrutura monogâmica, conforme discutido, estende-se além das relações afetivo-sexuais e permeia várias esferas da vida social. O questionamento da “instituição monogamia”, além de ser necessário, propõe modos de se relacionar que transcendem a lógica individualista,

preservando as identidades e rompendo com modelos de afetos baseados na opressão, hierarquia e controle. Assim, surgem ferramentas valiosas para a emancipação dos sujeitos.

Dando continuidade ao raciocínio desenvolvido ao longo deste trabalho, fica evidente que a crítica às estruturas sociais representa um caminho crucial para repensar não apenas as dinâmicas relacionais, mas também as maneiras pelas quais os sujeitos constroem suas identidades em um contexto sociocultural marcado por normas e expectativas rígidas.

Concluindo, a pesquisa reafirma a importância de um olhar atento às interações humanas, tendo a psicologia um papel importante na mediação dessas interações, reconhecendo que a identidade é um processo dinâmico e relacional, sempre em transformação. As condições sociais e culturais influenciam diretamente essas transformações, e a verdadeira emancipação passa pela desconstrução de modelos opressores e pela criação de espaços de liberdade, onde a identidade possa ser recriada de maneira autêntica e crítica.

Referências

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. **Psicologia sócio-histórica:** uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2007.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CIAMPA, A. C. Políticas de identida de e identidades políticas. In: DUNKER, C. L. I.; PASSOS, M. C. (Orgs). **Uma psicologia que se interroga:** ensaios. São Paulo: Edicon, 2002. p. 133-144.

CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S. M. T. *et al.* **Psicologia Social:** o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DANTAS, S. S. Identidade política e projetos de vida: uma contribuição à teoria de Ciampa. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, e172030, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29172030>. Acesso em: 9 mai. 2024.

GIDDENS, A. **Transformações da Intimidade:** Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

HOOKS, B. **Tudo sobre o amor:** novas perspectivas. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

NUÑEZ, G. **Descolonizando afetos:** Experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Paidós, 2023.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LANE, S. T. M. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In.: CAMPOS, R. H. F. (Org.), **Psicologia Social Comunitária:** da solidariedade à autonomia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 15-28.

LANE, S. T. M.; CODO, W. **Psicologia Social:** O homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LIMA JR, N. S.; MIRANDA, R. Não-Monogamia Política: por um projeto coletivo e emancipatório. In: VILLALÓN, C. E. D.; SILVA, V. F.; VERLARD, M. (org.). **Em movimento:** memórias, experiências e performances coletivas. São Paulo: Edições EACH, 2022.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**, v. 1, p. 1-8, 2020.

SAWAIA, B. Comunidade: A Apropriação Científica de um Conceito tão antigo quanto a Humanidade. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia Social Comunitária:** Da solidariedade à autonomia. Rio de Janeiro: Vozes, 2015. p.29- 43.

SOUZA FILHO, J. A.; GONÇALVES NETO, J. U.; LIMA, A. F. de. Metamorfoses no projeto de Antonio da Costa Ciampa: da proposta analítica a uma teoria de identidade. **Psicologia Revista**, v. 29, n. 2, p. 285–309, 2020.

SOUZA FILHO, J. A. **A metamorfose humana no mundo da vida: reconstruções epistemológicas da perspectiva de identidade na psicologia social crítica.** 2017. 145f. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/28757. Acesso em: 08 set. de 2024.

VASALLO, Brigitte. **O desafio poliamoroso:** por uma nova política dos afetos. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

VYGOTSKY, L., S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos:** Cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Editora Appris, 2018.